



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**Considerações sobre a intervenção com famílias em situação de
pobreza**

Camila Moraes

Rio de Janeiro, abril de 2014

Trabalho realizado como requisito parcial para
Conclusão de Curso em Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Considerações sobre a intervenção com famílias em situação de pobreza

Camila Moraes

Orientadora: Joana Garcia

“Os homens fazem a sua própria história, mas não o fazem como querem... a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”
Karl Marx

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que sempre me deu forças para concluir toda essa trajetória. Obrigada Deus!

Em segundo lugar agradeço imensamente minha mãe por suportar todos os momentos dessa minha etapa. Por sempre me acalmar em todos os momentos que eu achei que não chegaria ao final. Mãe, eu te amo muito.

Agradeço ao meu pai por todo o incentivo, à minha avó por acreditar no meu potencial. À minha tia Silvana, prima Cíntia por sempre torcer por mim e todos os familiares que acreditaram e torceram por mim. Em especial meu afilhado João Marcos, que me faz acreditar em um mundo melhor. Amo vocês!

Há pessoas que chegaram na minha vida antes dessa trajetória iniciar e continuam em minha vida até hoje, me apoiando e torcendo por mim. Como Tamara Lázaro, que considero uma pessoa extremamente especial em minha vida, por toda significância que teve e ainda tem, obrigada por tudo, irmã que a vida me deu. Te amo!

Desde o colegial que sonhava em estudar na Universidade Federal do Rio de Janeiro e ela compartilhou desse sonho comigo. Isabel, obrigada por ainda estar ao meu lado e pela amizade. Porém, o pré vestibular me rendeu amizades lindas, que mantenho até hoje, mas em especial a Cassiane, com toda a sua *chatura* e sensatez para me acalmar nos momentos mais aflitos. Obrigada amigas, vocês foram e são muito importantes em minha vida, amo muito vocês!

Há também aqueles, que estão presentes no dia a dia, nas farras, nas tristezas, nas conversas de bar, nos choros e motivações, que sei que torceram muito por mim e me aguentaram muito meus lamentos, nessa reta final que é tão delicada. Luciana Guimil, que me conheceu de berço e os machos da minha vida, Alexandre Bravo, Luiz Augusto (Guto) e Túlio que muito me aturam até hoje. Amores da minha vida, obrigada por tudo!

Porém, a Universidade me rendeu presentes maravilhosos, que almejo carregar para o resto da minha vida. O sentimento que tenho por cada pessoa que conheci e que me ajudaram direta e indiretamente não tem tamanho. Em primeiro lugar agradeço imensamente a existência e permanência ao longo dessa trajetória da minha chapa 3 feminina, Clarete e Nathi, que sempre estiveram ao meu lado, seja nos momentos acadêmicos, quanto na vida pessoal, assim como minha pequena grande amiga, Ju Torres, que se tornou fundamental nessa trajetória. Agradeço o companheirismo e a amizade dos lindos da chapa 3 masculina, Vp (Rodrigo Oliveira) o primeiro a falar comigo na

Universidade, Bob (Rafael Ricardo) e Greg (Gregory Rodriguez), meus amores lindos, amo todos vocês!

Mas, ao longo dessa trajetória, descobrimos pessoas que são muito especiais e que você não entende como não se aproximou antes, mas que não deixam de ser tão importantes como os outros amigos. Deixo aqui registrado todo o meu carinho para você minha micareteira amada Larissa Jane, minha deusa de ébano Tainá Alvarenga, a ausente mas muito presente Deise Sousa e minhas queridas de Nikiti, irmã Lillian, Rafaela e Rebeca. E todas os outros amigos, que não são poucos por me ajudar com cada palavra, incentivo e carinho ao longo dessa caminhada.

Agradeço imensamente todos os professores que me ajudaram a crescer como profissional e me presentearam com seus ensinamentos, todo o meu agradecimento e carinho. Mas, agradeço principalmente, minha querida orientadora Joana Garcia, que me torna mais pensante a cada disciplina, a cada orientação, a cada conversa e a cada brincadeirinha. Admiro muito você como profissional e como pessoa, obrigada por tudo que fez por mim. Sou sua fã!

Enfim, novamente agradeço a Deus, por me permitir viver esse momento e concluir o mesmo, por ter me dado a vida e por ter colocado todas essas pessoas na minha vida.

Resumo

A presente monografia é um dos produtos da orientação e treinamento profissional adquiridos ao longo da formação em Serviço Social e amadurecidos na experiência de estágio de dois anos, em uma Organização Não Governamental, denominada Aldeia da Criança Alegre, que tem seu foco principal de trabalho: famílias pobres, em situações variadas de vulnerabilidade. O trabalho apresenta um resgate histórico das famílias pobres no Brasil, baseando-se na referência republicana de “ordem e progresso” que traz conotações sobre a forma de conceber e tratar os pobres, de modo higienista, discricionário e criminalizador. Para desenvolver essa monografia, foram utilizadas como metodologia: levantamento bibliográfico acerca do trabalho social voltado para os segmentos pobres, combinado com uma sistematização da prática relacionada com este segmento, ou seja, famílias em situação de vulnerabilidade, as quais tive contato no campo de estágio. Como resultado deste estudo foi possível considerar que há insuficiência em relação às políticas, em termos da proteção social, contribuindo para a permanência de uma visão sobre o pobre como incapaz de prover suas necessidades e como dependente do Estado. Outro aspecto desta insuficiência observada é precariedade da articulação dos serviços sociais necessários à vida, à existência do indivíduo, que na sua maioria, conta apenas com os serviços públicos para manter suas demandas.

Palavras chave: Criminalização da pobreza. Família, instituição social, vulnerabilidade

Índice

1	APRESENTAÇÃO	8
2	NOTAS SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIAS E POBREZA	11
2.1	Modelo republicano de ordem e progresso.....	11
2.2	Caracterização da pobreza.....	16
2.3	Modo de intervenção voltado aos pobres	20
3	FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL	24
3.1	Caracterização das famílias brasileiras.....	24
3.2	Caracterização da pobreza.....	29
3.3	Aspectos da Intervenção com famílias pobres	34
4	APROXIMAÇÕES COM FAMILIAS POBRES	38
4.1	Instituição Aldeia da Criança Alegre.....	38
4.2	Público Alvo.....	43
4.3	Atividades e Serviços da Instituição	43
4.4	Observações do campo	45
4.5	Entrevistas com os atores da Instituição Aldeia da Criança Alegre	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1 Apresentação

A presente monografia é um dos produtos da orientação e treinamento profissional adquiridos ao longo da formação em Serviço Social e amadurecidos na experiência de estágio de dois anos, em uma Organização Não Governamental, denominada Aldeia da Criança Alegre, que tem seu foco principal de trabalho: famílias pobres, em situações variadas de vulnerabilidade. Nesta medida, discute as formas de conceber a pobreza, não apenas como insuficiência de renda, mas como escassez ou falta de acesso a todo um conjunto de bens e serviços que configuram a lógica do direito.

Considera-se que o século XX trouxe avanços inegáveis em relação ao tratamento dos segmentos vulnerabilizados¹, especialmente as famílias de origem pobre. No entanto, tais avanços não se traduziram em mudanças radicais que suplantaram os modelos anteriores. Isso significa dizer que há um forte traço de continuidade no entendimento e na intervenção acerca da pobreza.

O objeto de estudo exposto nesse trabalho é a família pobre, entendida como uma instituição social, alvo de ações interventivas voltadas para o controle social. A pobreza é considerada por amplos segmentos da sociedade como uma condição associada ao desvio, atraso, descontrole social, violência, dentre outros fatores frequentemente considerados como desajustes. As intervenções sociais direcionadas aos pobres foram historicamente marcadas por um conteúdo de cunho assistencialista, disciplinador, com frequência tendendo à criminalização².

¹ Por vulnerabilidade remete-se à caracterização presente na PNAS: “Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

² Por criminalização da pobreza, compreende-se as visões que consideram o pobre, seu ambiente de origem, sua sociabilidade como uma ameaça à ordem, supondo ações de controle e moralização dos seus hábitos, corpos e lugares habitados.

Através do campo de estágio e todo o debate que a disciplina de Orientação ao Trabalho Profissional proporcionou, foi possível observar diversas demandas originárias das famílias atendidas pela instituição, tornando possível correlacionar todos os debates e ensinamentos críticos que obtive ao longo da graduação em Serviço Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nas discussões ao longo da graduação, foram problematizadas as expressões da questão social e situações de vulnerabilidade, provenientes das mudanças ocorridas nessa sociedade capitalista. Com isso, os exemplos obtidos no campo de estágio através da vivência com o público alvo da Instituição, colaboram para melhor ilustração dessas expressões que são próprias do sistema capitalista de produção.

A estrutura da monografia foi assim caracterizada: esta introdução apresenta brevemente o objeto e as preocupações centrais que motivaram este estudo. Em seguida, o capítulo dois da monografia foi dividido em três eixos, que discute os traços de permanência e mudança do período republicano até os tempos atuais. No primeiro momento apresenta os fundamentos da chamada “ordem e progresso” e discute a caracterização dominante da pobreza. Embora as conquistas no campo da cidadania indiquem que o tratamento à pobreza anterior ao processo constituinte teria sido superado, as formas de intervenção voltadas para os pobres indicam sua continuidade em inúmeros aspectos.

Para contextualizar esse cenário, foram feitas reflexões baseadas em referências bibliográficas de Adorno (1990), que dizia que os pobres eram vistos pela sociedade como “lixo social”. Essa caracterização da pobreza também foi exposta por Viana (2004) na conjuntura do trabalho, assim como Donzelot (1980), que sinaliza como forma de intervenção a reorganização familiar.

Já no capítulo terceiro da monografia, busca-se uma relação com o capítulo anterior, a partir da discussão sobre proteção social, com ênfase na proteção da família. Enfatiza o olhar da sociedade e do Estado para essas famílias pobres, que se diferencia do olhar para as

outras famílias. Também apresenta uma problematização do conceito de família presente na Política Nacional de Assistência Social.

Nesse terceiro capítulo é realizado um debate relativizando a ideia de família estruturada ou de tipo único, já que, segundo Neder (1998), considerar apenas um modelo de família é desconsiderar a diversidade que há nas famílias em todo o contexto social. Nesse mesmo contexto é discutido também o papel protetor do indivíduo que a família tem, segundo Carvalho (1998), que é complementado por Inaiá (2003), que ressalta que a família vem se modificando de acordo com as mudanças da sociedade.

No capítulo quarto da monografia, como forma de ilustrar o trabalho social realizado com famílias pobres, elegeu-se a Instituição Aldeia da Criança Alegre, em função de ter ali atuado como estagiária, por dois anos. Durante esse período, foi possível observar bem próximo, a realidade de algumas comunidades e de seus moradores, a maioria pobre ou em situação de extrema pobreza e pude também observar as dificuldades, limitações e discriminações dessa população. Com isso, passei a entender melhor esse cenário excludente em que o pobre vive e o quanto esses indivíduos são privados de bens e serviços sociais, relacionados ao campo dos direitos sociais.

2 Notas sobre representações sociais de famílias e pobreza

Neste capítulo pretende-se discutir as referências valorativas que se constituíram em torno das famílias pobres no Brasil, a partir da referência republicana de “ordem e progresso”. Considera-se que o século XX trouxe avanços inegáveis em relação ao tratamento dos segmentos vulnerabilizados, especialmente as famílias de origem pobre. No entanto, tais avanços não se traduziram em mudanças radicais na forma de conceber o pobre. Isso significa dizer que há um forte traço de continuidade no entendimento e na intervenção acerca da pobreza, a despeito de avanços reconhecidos a partir da Constituição de 1988.

Vale considerar que pobreza, no entendimento que este estudo traz, não se restringe a um critério de renda, ela representa todo um conteúdo de valor associado ao atraso, à ameaça e a referências depreciativas. O modelo republicano inspirou fortemente esta visão, na medida que atribuiu à pobreza os elementos que contrastavam com o ideal de modernidade desejada.

Neste sentido, apresenta-se, a seguir, três eixos centrais de análise para caracterizar as continuidades e mudanças nas visões e nas formas de tratamento aos pobres nos dias atuais: em primeiro lugar apresenta-se os fundamentos da constituição do modelo republicano, em seguida discute-se a caracterização da pobreza neste contexto, considerando que esta visão não foi totalmente superada e, finalmente, busca-se problematizar as formas de intervenção associadas ao contexto e à visão de pobres no Brasil contemporâneo.

2.1 Modelo republicano de ordem e progresso

Este segmento trata das visões que inauguraram a República brasileira e se voltaram ao resgate da ordem e à busca de assemelhar o Brasil às nações desenvolvidas. Para isso, era

necessário empreender reformas importantes que tiveram um impacto decisivo na vida de muitos segmentos sociais, sobretudo aqueles segmentos alijados da riqueza socialmente produzida.

Adorno (1990) sinaliza que

...Com o fim da escravidão, a imagem uma sociedade cindida entre senhores e escravos, sustentada em linhas de sociabilidade que preservavam a distância e a hierarquia, fundamentos de uma ordem autoritária e desigual, dissipa-se. Em seu lugar, emerge uma imagem difusa de horror e medo: os pobres invadem o espaço urbano, comparecendo com suas 'indiossincrasias'... (Adorno, 1990: 09)

Através das considerações apresentadas por Adorno (1990), observamos a caracterização dos pobres, que são vistos como desajustados, como “lixo social”, que não cabiam no planejamento da ordenação da cidade, pois os segmentos orientados pela ideologia dominante entendiam que os mesmos proporcionavam medo e pavor na sociedade. Havia uma tentativa de recuperar a hierarquia perdida com o final do sistema escravista e organizar a sociedade que se tornou desordenada pelo excessivo crescimento demográfico. Neste processo, atribuiu-se aos pobres a falta de higiene e os males decorrentes da “*sujidade*”. Em vários aspectos o pobre e seus comportamentos eram vistos de modo unificado, ou seja, pobre e sujeira passaram a ser uma expressão intercambiada no imaginário coletivo, através da sinalização do autor podemos observar essa afirmativa:

“Esse processo de reordenação e ‘purificação’ do espaço, que, em verdade, significativa gerir a circulação e o contato entre estranhos e diferentes repondo a hierarquia perdida com o fim da escravidão, implicou a expulsão da população pobre para os bairros periféricos ou o seu confinamento em territórios determinados.” (Adorno, 1990: 10)

O planejamento, reordenação e ajuste da sociedade envolviam não apenas uma dimensão técnica associada ao saneamento, à saúde, à educação e ao lazer, mas também buscavam “podar” as indiossincrasias, que eram consideradas as manias e costumes que os pobres tinham e que eram, portanto, discriminadas e vistas com maus olhos pela classe mais

alta da sociedade, pois entendiam que as mesmas causavam horror e atrapalhavam o avanço e desenvolvimento social. Como argumenta Adorno:

... O planejamento urbano, conquanto desprovido técnica que lhe será inerente no século XX, já promovida, a seu modo, aquela época, um sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água; incrementava os transportes urbanos e suscitava interesses pelo lazer 'mundano', possibilitando a instalação de hotéis, jardins, passeios públicos, teatros, cafés... (Adorno, 1990: 11)

Este mesmo cenário apresentado por Viana remete ao nascimento do modo capitalista como forma dominante nas relações de trabalho e de produção no Brasil. Indica, portanto, que o mesmo sempre priorizou: os lucros, através da exploração da força de trabalho do proletariado. Observa-se essa afirmativa através do seguinte trecho:

"O industrial acreditava que seus investimentos retornariam em forma de produção, porém não houve tempo para constatar tal resultado. Com o agravamento da situação financeira, perde a Vila Maria Zélia³ para Nicolau Scarpa em 1923." (Viana, 2004: 21).

Viana (2004) associa o processo de urbanização ao incremento da expansão industrial, pois foi através dessa expansão, que o industrial obteve seu lucro. Mesmo que o industrial tivesse sua preocupação com o bem estar dos seus operários, o mesmo não abria mão das longas jornadas de trabalho, afinal, era chegada a hora do capitalismo industrial concorrencial.

Nesta fase foram criadas as vilas para os operários, a fim de baratear os custos do processo de produção. Observa-se também o interesse do empresariado em assumir uma relação paternalista ao fomentar as construções das vilas operárias. Conforme explicitado trecho a seguir:

"suspensos com a guerra em 1914. Embora tivesse que enfrentar várias dificuldades de ordem financeira e de produção, o projeto da vila operária é que centralizava os interesses do industrial." (Viana, 2000:18)

³ Vila Maria Zélia era um núcleo fabril, que até a cidade se estender, essa vila era isolado e mantinha o controle dos operários, que nela moravam

O intuito das vilas era manter o poder centralizado dos donos das indústrias, controlando seus operários e obtendo mais lucros, pois o deslocamento desses operários poderia representar mais gastos e desgaste da força de trabalho, influenciando seu rendimento na produção. Porém essa ideia era mascarada com o cunho paternalista que estava imbuído nas atitudes supostamente altruístas, que passava a visão de que essas moradias beneficiava apenas o operário.

O interesse com essas vilas operárias, era o lucro do industrial que aguardava, durante a construção dessas vilas, o retorno financeiro. Ao ativá-las, recebia a cada dia mais visitas, tanto de pessoas renomadas, como políticos, arquitetos e delegações que se encantavam com o projeto e de operários também que desejavam usufruir dessas moradias em busca de um trabalho e dos serviços disponibilizados nessas vilas, como se observa no trecho:

“...O interesse despertado evidenciava-se pelo número de visitantes que recebiam. Em Saltaire, as visitas incluíram políticos, intelectuais, delegações de arquitetos, e industriais, que apreciavam as explicações do proprietário do local, que enumerava as vantagens econômicas que tal sistema de gestão do trabalho poderia propiciar-lhes.” (Viana, 2004: 16)

A construção destas habitações teve, portanto, um efeito ideológico muito favorável à figura do empresário. Era ele o “artífice de um novo tempo”. O Brasil estava, graças ao “empenho” deste segmento, procurando se igualar às nações desenvolvidas.

Através da leitura de Donzelot (1980), que retrata o cenário da França na passagem do Antigo Regime, observa-se que a família também era tida como objeto de intervenção do governo francês, sendo reconhecida por sua organização de indivíduos através da distribuição de poderes, ou seja, pai, mãe, filho e parentes. Sendo assim, reconhecida por

setores privados e públicos, como a menor organização política, que acaba sendo atingida por obrigações, envolvendo favores e dependências, movimentando as relações sociais.

Donzelot (1980) sinaliza como a família era percebida segundo um formato considerado regular ou estruturado, atribuindo ao chefe de família um papel central, na medida que o mesmo responde pela própria família. A família que não tinha esse representante sócio-político, desencadeava uma espécie de problema de ordem pública, considerando as perturbações que as mesmas poderiam causar no sistema de proteções e obrigações, pois eram tidos como mendigos, sem fé e vagabundos, ou seja, o “lixo social” como fora dito por Adorno (1990).

Esse sistema de obrigações e proteções era realizado através do intercâmbio das famosas *Lettres de cachet de famille* citado na leitura de Donzelot (1980). Há duas vítimas dos Lettres, que são os pobres envergonhados, que não se rendiam aos auxílios, por vergonha de serem desonrados por esse tipo de atributo e os mendigos suplicantes, que eram tidos como perigosos, por exigirem os auxílios, uns por meio de chantagem e outros por meio da desordem, gerando medo na sociedade.

“as famosas Lettres de cachet de famille tomam sentido no seio desse intercâmbio regulado de obrigações e proteções entre as instâncias públicas e a instância familiar, fazendo intervir, por um lado, a ameaça que um indivíduo desligado da religião e dos bons costumes constitui para a ordem pública e, por outro, o perigo que as desobediências de um ou o outro membro da família fazem pesar sobre esta.”
(Donzelot, 1980: 51)

Donzelot (1980) questiona a capacidade da família de afastar os perigos que assolavam o Estado Liberal, causado pela revolta dos pobres, que eram vistos pela classe dominante como indivíduos perigosos, *“O problema está, portanto, antes de mais nada, em sua transformação e não em sua conservação.”* (Donzelot, 1980: 53), conforme já citado e mencionado por Adorno (1990) e Viana (2004), que buscava a reorganização social, começando pela organização da família.

A filantropia, que se difere da caridade, por ter cunho político, também teve seu papel fundamental na assistência às famílias dos pobres, pois a caridade era tida como uma função moral da política paroquial. A religião era uma questão presente nesse contexto, pois segundo Donzelot (1980), era realizada uma espécie de interrogação dos parentes, para saber qual sua religião, se as crianças da mesma praticavam a caridade e frequentavam escolas de catequese.

A presença da Igreja, representada pela prática da caridade, não fazia com que a pobreza diminuísse, o que ocorria era a garantia da hierarquia entre as classes, favorecendo a classe dominante. Para melhor ilustrar essa colocação, ressalta-se um trecho da obra de Donzelot (1980)

“Assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens pois, a longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar gastos futuros.” (Donzelot, 1980: 65)

2.2 Caracterização da pobreza

A cidade de São Paulo, assim como a Capital da República, teve um significativo aumento demográfico, com o processo de urbanização. Com isso, observou-se o aumento do que se caracterizou à época como “classe perigosa”, que eram os pobres que não trabalhavam, que não tinham moradia e viviam, em sua maioria, na ilegalidade, já que grande parte era constituída dessa população, era composta por estrangeiros empregados pelas indústrias. A pauperização era latente na maioria da população, o que proporcionava o envolvimento com trabalhos ilegais. Esse aspecto colaborou para o aumento da estigmatização dos pobres, conforme pode ser observado na citação de Adorno

“Como na Capital da república, parcelas substantivas da população pobre viviam entre as fronteiras da legalidade e da ilegalidade, compreendendo aquela massa de gente que Louis Chevalier (21) identificou como “classes perigosas”: em geral, pessoas com ocupação mal definida, exercendo temporariamente ocupações instáveis ou desocupadas.” (Adorno, 1990: 12)

A população mais pobre acabava se restringindo a empregos com baixa remuneração, que não cobriam totalmente a reprodução de suas famílias. Quando não obtinham lugares nas indústrias em expansão neste período, submetiam-se a empregos ilícitos e que não tinham nenhuma estabilidade financeira. Com isso, os lugares que os mesmos poderiam se alocar para viver, eram os cortiços. Esta forma de habitação, assim como os pobres, era estigmatizada e vista como foco de doenças, por ser considerado insalubre, não possuir nenhum tipo de saneamento básico e ser saturada de famílias pobres, a que representava ameaça para os demais segmentos da sociedade, conforme a sinalização de Adorno

“Em contraste, as habitações populares não obedeciam a nenhum padrão estético definido que não fosse aquele determinado pelas contingências e pelo imperativo de ter de abrigar, em pequenos espaços, um número consideravelmente grande de pessoas...” (Adorno, 1990: 14)

De acordo com a colocação de Adorno

“A pauperização abatia-se com maior intensidade sobre a imensa maioria da população integrada ao circuito econômico no setor informal do mercado de trabalho... parcelas expressivas da população retiravam sua subsistência de pequenas ocupações independentes, do trabalho temporário de baixa remuneração, assim como de atividades ilícitas...” (Adorno, 1990: 15)

Os pobres, ao longo da história e de suas vidas, sofreram preconceito e discriminação, apenas pelo fato de serem pobres, sendo culpabilizados por sua situação econômica perante a sociedade. Presentes na sociedade, contribuindo com o trabalho para a produção de riquezas, não participam, contudo, da distribuição da mesma, de modo justo, igualitário e democrático.

A visão do operário em Viana (2004) não se diferencia muito da apresentada por Adorno (1990), que via os pobres como ameaça. Especialmente o segmento industrial, os pobres deveriam ser úteis e laboriosos, do contrario eram vistos com muito repúdio e discriminação. Nessa conjuntura, a preocupação não era isolar o pobre do restante da

sociedade, que achava que os pobres, nesse caso representado na classe operária, causavam medo, principalmente nos industriais, que não queriam se sentir ameaçados com nenhuma atitude de revolta e manifesto em relação ao seu trabalho, ou melhor, na sua exploração da força de trabalho, de acordo com Viana

“Dentro da vila, supõe-se que a vida das famílias dos engenheiros da empresa chegava a se assemelhar com o que hoje conhecemos como o padrão dos condomínios fechados, tanto pelo isolamento do município em que se insere, como pela separação interna em zonas, como de habitações, lazer, administração, etc. Dessa forma, fugia bastante ao caráter de vila operária fechada e tutelada, que foi analisada primeiramente nessa monografia em Saltaire e na Maria Zélia...” (Viana, 2004: 23)

Por isso, eles deveriam viver isolados do restante do município e controlados por portaria, afinal de contas, tudo que os operários e suas famílias precisavam para viver estava dentro das vilas. Um relato encontrado no texto descreve exatamente como era a relação do capital dentro dessas vilas operárias:

“Segundo dona Deolinda, uma antiga funcionária e moradora da Maria Zélia, em depoimento a Blay (1985), percebe-se como era a vida de quem lá vivia e trabalhava: “Não tive infância, não tive mocidade, não tenho velhice, não conheço nada da vida, conheço só o trabalho [...]”.(Viana, 2004: 22)

Com isso, entende-se que o salário do operário, de uma certa forma voltava para o industrial. Dentro dessas vilas todos os serviços eram pagos com o próprio salário do trabalhador, pago pelos industriais que eram os proprietários dessas vilas. Por isso, o capital girava nas mãos de uma minoria, logo se percebe que o mais beneficiado é o industrial, pode ser observado na sinalização de Viana

“A idéia de habitações bem construídas, higiênicas e econômicas, se fazia presente não só como padrão de moradia, mas principalmente como forma de moralização e controle do operariado. Essa forma paternalista de controle através das vilas, sob razões “pretensamente” sanitárias, e com uma clara divisão social do espaço urbano, privilegiava somente as classes dominantes...” (Viana, 2004: 29)

O discurso sobre a higiene era cultuado, o que nos remete à origem da associação entre pobreza e sujeira, principalmente no período da expansão, conforme relatado no trecho a seguir:

“Construir lares e fortalecer os laços familiares era entendido por Jorge Street como um momento crucial na formação de trabalhadores produtivos e não ameaçadores para os patrões. A preocupação com a higiene nas habitações esteve sempre presente no discurso do industrial” (Viana, 2004: 20)

A visão de Donzelot (1980) sobre a caracterização que atribuíam aos pobres, não se distancia muito das análises de Adorno (1990) e de Viana (2004), que ressaltavam o olhar da sociedade em relação ao mesmo. No Antigo Regime, havia dois tipos de pobres envergonhados, que sucumbiam sua miséria, afim de não perder espaço na sociedade e nem credibilidade, e negavam a aceitar qualquer tipo de assistência que era disponibilizada para os mesmos, seja através da filantropia ou das políticas. E o outro tipo de pobre, eram os mendigos, que estimavam esses auxílios e os conquistavam através da desordem, estabelecendo o medo e o perigo na sociedade.

“Considerar-se-ão pobres envergonhados aqueles que possuem encargos e empregos honestos e que mantiveram, ou mantêm atualmente, loja na qualidade de negociantes ou artesões de algum corpo profissional, e aqueles que podem, com razão, ter vergonha de solicitar publicamente suas necessidades por causa de suas profissões ou de suas origens.” (Donzelot, 1980: 60)

Adorno (1990) ressalta o trabalho ilegal que os cidadãos pobres, se submetiam para ter renda para manter sua família, quando não conseguiam trabalhos com remuneração razoável, pois a falta de dinheiro, poderia gerar a dissolução da família, o que no contexto de Donzelot (1980), poderia gerar um grande problema. A decomposição da família, nesse contexto do Antigo Regime, era o que poderia gerar grandes conflitos e instabilidade social, porém no contexto de Viana (2004), as vilas operárias tinham esse papel, de deixar a família próxima do operário, que poderia dar todo o sustento para a mesma, já que a maioria das

necessidades das famílias, poderiam ser sanadas na própria vila operária. Como indica Donzelot (1980: 69) *“é nas más habitações que começa a dissolução da família e de todas as misérias.”*

No contexto do Antigo Regime na França, a família causa grandes efeitos na sociedade, tendo assim uma grande responsabilidade social e moral. Causa um bem social, quando se dá uma boa relação entre o chefe de família, que na maioria é o pai, Donzelot (1980) faz uma comparação entre a relação do pobre com o rico.

“A família é seu próprio governo, guardiã dos efeitos sociais de seus membros, e não de seu comportamento privado. A situação da criança para com seu pai é como a do pobre para com o rico. Recusar-lhe educação é uma falta moral, e não jurídica.” (Donzelot, 1980: 71)

2.3 *Modo de intervenção voltado aos pobres*

Observa-se uma grande preocupação em criar medidas para isolar os pobres dos segmentos considerados sadios, representados sobretudo por uma classe minoritária, provida de capital e majoritariamente branca. Esta classe de proprietários e segmentos enriquecidos ainda tentava manter a hierarquia perdida há anos atrás, criando medidas de prevenção à enfermidade que poderiam ser causadas pelos pobres, ou seja, aqueles considerados “lixo da sociedade”, conforme colocado por Adorno

“Impunham-se implementar um elenco de medidas profiláticas: no âmbito da vida privada, investir contra o comportamento sexual do homem, sobretudo o da elite branca proprietária, á época responsabilizado pelo elevado obituario infantil; suscitar novas de higiene e de resguardo da identidade pessoal. De modo a assegurar distancia entre pessoas e manter as fronteiras entre personalidade íntima e personalidade pública, consideradas fundamentos éticos da formação do cidadão...” (Adorno, 1990: 12)

Adorno ainda assinala

“Agentes policiais, a par de outras autoridades públicas e educadores, já discutiam a missão preventiva do estado ao intervir nas áreas de aglomeração de população pobre de modo a evitar, ou pelo menos minimizar, a mendicância e o abandono de crianças.” (Adorno, 1990: 16)

A polícia era tida como um instrumento de manutenção da ordem, responsável para garantir a civilidade, ou seja, para conter os desajustados, suas indiossincrasias, manias essas que eram condenadas pelas classes mais altas. Com isso, percebia-se, nesse âmbito, uma busca de ordenação e ajuste da sociedade, intervindo na reorganização dos espaços com medidas corretivas e educativas para os pobres isolados.

Na virada do século a República idealizada ainda não havia se constituído. Nem todos se dispuseram a aceitar a lógica do mercado, ocorrendo assim uma redistribuição dos territórios, de acordo com a hierarquia que caracterizava a segregação social existente. Com isso, nessas moradias denominadas de cortiço, havia um número bem superior do que o número de pessoas que essas moradias deveriam comportar.

Faço, então, uma ligação com os momentos atuais, nas comunidades existentes, que são compostas por segmentos em situação de vulnerabilidade e diversos imigrante, vindos de sua cidade natal em busca de uma mudança de vida, ou seja, de ascensão na vida profissional. Como chegam sem nenhum recurso, se alojam nas comunidades, se submetendo a empregos mal remunerados e quando não conseguem encontrar trabalhos em indústrias, fábricas e comércio, acabam se envolvendo em trabalhos ilícitos, ou criando seu próprio sustento através de trabalho doméstico, fazendo alimentos para vender, costuras e etc, comprovamos através do trecho em que Adorno sinaliza essa situação

“...O isolamento dos desajustados em espaços educativos e corretivos constituía estratégia segura para a manutenção “pacífica” da parte sadia da sociedade.” (Adorno, 1990: 09)

A forma de intervenção mais incisiva no período de instauração do modelo republicano foi a construção das vilas fechadas, pois com elas havia o barateamento da mão de obra. Vianna ressalta que

“Fisicamente os projetos acabavam por reafirmar o caráter fechado das vilas. A separação desta, em relação às áreas adjacentes, assumia um caráter de proteção do patrimônio da empresa e de seus empregados, sendo feita através de

cercas ou muros, de acidentes naturais (matas ou rios), de cinturões agrícolas ou mesmo de guardas.”(Viana, 2004: 25)

Nessas vilas operárias havia tudo que o cidadão precisava para sobreviver, desde a escola, até a parte de lazer e saúde, centralizando o poder do industrial sobre o operário. Trata-se de um modelo de “instituição total”. Essa ideia de habitação pode ser observada na seguinte colocação de Viana

“A idéia de habitações bem construídas, higiênicas e econômicas, se fazia presente não só como padrão de moradia, mas principalmente como forma de moralização e controle do operariado. Essa forma paternalista de controle através das vilas, sob razões “pretensamente” sanitárias, e com uma clara divisão social do espaço urbano, privilegiava somente as classes dominantes...” (Viana, 2004: 29)

Percebe-se uma forma de isolamento forçado, pois com essas vilas, o operário não precisa se deslocar para os centros para realizar nenhum tipo de atividade, ficando preso e submetido ao controle dos industriais. Os trabalhadores que moravam nesses locais tiveram que se adaptar aos hábitos impostos, pois não era permitido nenhum comportamento que fugisse do que era considerado bom para eles, como educação, escola e lazer.

Na realidade, o trabalhador se torna submisso e omissos ao capitalista, que passa pontos positivos desse armazenamento de força de trabalho. Era uma visão conservadora baseada no modelo da Vila Saltaire, que entendia que deveria seguir toda uma ordem estabelecida, pois as casas boas produziam conseqüentemente bons cidadãos e o convívio com a família só traria benefício ao operário que então desenvolveria melhor sua função dentro das indústrias, sinalizado assim por Viana

“A cidade de São Paulo, por exemplo, passou da condição de vila provinciana à de metrópole industrial, muito rapidamente. Nesse processo percebeu-se claramente a influência estrangeira e as novas ideias vindas com a “era da máquina” (Viana, 2004: 06)

Donzelot (1980), assim como Adorno (1990) e Viana (2004) sinalizam como intervenção, a reorganização familiar, como primeiro passo, para que a família alcance autonomia. Observa-se também, uma mudança na relação de poder entre os aparelhos sociais e a família, quando é sugerida a mudança de um governo das famílias, para um governo através das famílias, sinalizando pontos positivos, como o fortalecimento da autonomia da família e como ponto negativo a ausência de autonomia financeira, pois a mesma pode continuar dependente dos serviços oferecidos pelas políticas sociais.

A questão da tutela, assim como a questão dos favores, estão colocadas nas sinalizações de Donzelot (1980), principalmente do Antigo Regime, onde a família, se submetia a esses favores, em troca de uma posição na sociedade. Já a família moderna não é vista como instituição, que esteve presente durante toda a história da família pobre, como benefício para elas e para a classe dominante, ainda se faz presente nas citações de Donzelot (1980).

“ Os procedimentos de controle social contam muito mais com a complexidade das relações intra-familiares do que com seus complexos, mas com seu apetite de promoção do que com a defesa de seus bens (propriedade privada, rigidez jurídica).” (Donzelot,1980: 88)

3 Família e Proteção Social

Neste capítulo, procura-se debater a temática da família, tendo em vista a discussão sobre proteção social e a expectativa que é endereçada à família sobre sua capacidade protetiva. Há uma clara associação com o capítulo anterior, que discute o tratamento aos pobres, já que neste serão referidas, em especial, aquelas famílias que se encontram em situação de pobreza. Com isso, quer-se afirmar que o olhar do Estado e de diferentes segmentos da sociedade para as famílias pobres é mais incisivo, menos para garantir-lhes direitos e mais para exercer controle e tutela.

Nesta medida, será aqui problematizado o conceito de família utilizado na PNAS, que reflete uma visão ampliada de família, mas repõe as referidas expectativas em relação à sua capacidade protetiva. Segundo o texto da referida política, é uma política que, junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio-territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome, a Política de Assistência Social vai permitir a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando as diferenças locais.

3.1 Caracterização das famílias brasileiras

Na leitura de Neder (1998), observa-se uma concepção de família caracterizada pelas diferenças étnico-culturais que expressam a diversidade de tipos de famílias brasileiras. Seu texto nos convida a revisitar a dimensão cultural, que é bem diversificada em um país de ex-escravos, completamente miscigenado na sua formação social. Tais configurações não podem ser desprezadas em nenhuma prática social e política, tanto no

caráter público quanto no privado.

Neder (1998) reforça que não existe a “família regular” no Brasil, ou seja, que na sociedade não se encontra apenas um tipo de família. Pensar apenas um modelo de família é como se estivesse desconsiderando a diversidade, relativizando a dimensão política, o papel da democracia e sendo intolerantes às diferenças do outro.

*“as **família-padrão** (quer se tome pro base a família tradicional, patriarcal, extensa, de origem **ibérica**, quer então o modelo “higiênico” e moralista da família burguesa de inspiração **vitoriana**, introduzido no país a partir do processo de modernização que acompanhou a urbanização/industrialização nos primeiros anos deste século) convivem no acontecer social com outras famílias, até o presente bem pouco conhecidas, de várias origens, indígenas ou africanas (matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas etc.)”. (Neder, 27:1998)*

Para ilustrar a visão da família tradicional, Neder (1998) cita o Nordeste com as Sinhazinhas e o Sul com as bandeirantes, pois ambas passam a visão docilidade e passividade. Essas famílias reproduziam as normas e as disciplinas da Igreja Católica, expressando um caráter bastante repressivo dentro da estrutura familiar. Dentro dessa estrutura repressiva, ocorria os castigos físicos, que eram exercidos pelos pais e pelos professores das escolas, pois era uma educação que culpabilizava o indivíduo.

Com a Proclamação da República, o fim do trabalho escravo e a urbanização, apresentam-se como novas possibilidades de ordem burguesa, através da vitória de um projeto modernizador. Nos últimos anos do século XIX, iniciou a projeção de caráter “moderno-conservador”, que mantinha o controle social e político excludente, focando também na organização familiar, que era moderna, denominada de nova família.

“Até os dias atuais, todo processo de mudança na organização das famílias que acompanha o aburguesamento da sociedade moderna, divórcio, nova parentela oriunda dos filhos de outros casamentos, por exemplo, ou uma maior liberalidade dos costumes e da vida sexual que, no conjunto,

*implique a **modernidade**, recebe a designação de **nova família**". (Neder, 1998:31)*

Dentro da nova família, havia também uma nova mulher que, diferente do período passado, da mulher tradicional, deveria ser mais educada ao desempenhar o seu papel no lar, o papel de mãe. Segundo Neder (1998), deveria ser uma boa mulher, esposa e, além disso, deveria ser prezada e inteligente, pois a educação tem um lugar fundamental para o ideal positivista de ordem e progresso.

Após a ordem republicana, que se defrontou com diversas lacunas na questão social, familiar e educacional, a Igreja Católica, que, segundo Neder (1998) foi dissociada do Estado no início da República no Brasil, apresentou algumas estratégias que poderiam sanar essas lacunas deixadas pela antiga ordem. Com isso, a família teve um tratamento religioso, pautado nos princípios da Igreja católica, com influência no tratamento europeu.

" Desse modo, o surgimento da assistência social no país esteve intimamente ligado à Igreja, tendo inclusive a designação de Serviço Social (serviço no sentido católico), com suas atividades desenvolvidas basicamente por mulheres, e sua prática confundida quase sempre com a caridade." (Neder, 1998:34)

Uma observação feita por Neder (1998) é a ausência de trabalhos que remetem toda a trajetória dos escravos no Brasil, da família africana. Na história da família, é bastante mencionada a estrutura da família ibérica, com a tentativa de superar o tal racismo biológico e contribuir para a democracia racial, colaborando para uma interação entre as raças. Para ilustrar, Neder (1998) citou a obra chamada Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre.

Já a família escrava motiva alguns estudos recentes nas áreas de pós-graduação e pesquisa em História Social. Tais estudos tem a intenção de apontar as diferenças existentes na estrutura de formação da família brasileira.

"Num ponto os historiadores pouco divergem: a Escravidão tem marcado a sociedade brasileira, qualquer que for o viés interpretativo a ser adotado; e geralmente não descartam

uma reflexão sobre a escravidão negra no país.” (Neder, 1998:39)

Ao contemplar o cenário das famílias atuais no Brasil, Neder (1998) menciona as modificações ocorridas através do processo de industrialização e urbanização no país, que contribuíram para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que ocasionou mudanças, na estrutura da família brasileira. Essa mudança gerou, em primeira instância, uma transformação na família como base, pois as dificuldades no aspecto político e principalmente de caráter ideológico, ficaram em evidência. O fato de as mulheres terem se inserido no mercado de trabalho, e não se restringirem apenas ao seu papel de mãe e cuidadora do lar, gerou a revolta dos comerciantes, que entendiam que esse era o motivo de ter mais crianças nas ruas, atrapalhando o fluxo das suas vendas.

Carvalho (1998), retrata um cenário mais atual, que celebra em 1994 a família, fazendo com que a mesma seja retomada como prioridade no campo político. A família é tida como sujeito protetor do indivíduo, mediador entre as relações sociais e como transmissora de afeto, portanto as políticas sociais contemplam principalmente as famílias, em busca de resultados eficazes e não imediatistas.

A desigualdade de classes cresce a cada aumento da concentração de renda, que colabora para o aumento das medidas assistencialistas e paternalista. Porém, as atuais políticas sociais não tem um caráter apenas assistencial, pelo contrário, elas são o retrato do assistencialismo que de certa forma, privilegia a classe dominante.

“O reconhecimento e a garantia de direitos sociais, embora fruto de indiscutível avanço civilizatório, acabou enviesando o olhar para o contexto do fetiche capitalista da mercadoria. Passou-se a fragmentar os indivíduos na forma de atenção pública. Daí o direito à habitação, ao trabalho, à saúde, o direito da mulher, do transporte, do negro, do idoso...” (Carvalho, 1998: 95)

A política social e mundial, enfrentou um grande desafio após a crise do “Welfare State” e, com isso, o interesse do Estado e do mercado se voltaram mais fortemente às famílias e a comunidade, como forma de promover proteção. Esse interesse segundo Carvalho (1998), se deu ao esgotamento de medidas que visassem o indivíduo, como a criança, para que houvesse a garantia dos seus direitos e comunidade como uma grande necessidade do Estado, em relação aos gastos com políticas públicas.

Segundo Carvalho (1998) há uma ausência em relação à importância da família, nas prioridades das políticas sociais. Essa afirmativa é ilustrada através da seguinte citação do mesmo: “Sem dúvida, é preciso constatar que a família tem sido uma ilustre desconhecida nas diretrizes e programas propostos pela política social brasileira.” (Carvalho, 101: 1998). Há na verdade um cunho conservador e uma cultura extremamente tutelar nas políticas sociais. Essa sinalização conservadora relatada por Carvalho (1998) pode ser vista através de programas como “Fome Zero” e programas como os que guardam crianças que são originadas de famílias pobres e campanhas como as de Combate à Fome e à Miséria.

Inaiá (2003) sinaliza que *“as estruturas familiares continuam a ser determinadas também por fatores culturais, ideológicos e políticos, que vão da afirmação do feminismo no Ocidente à reafirmação do integrismo fundamentalista no mundo árabe”* (Inaiá, 2003: 110), sustenta que a composição da família provém dos valores políticos, culturais e pelo fundamentalismo que se faz presente na sociedade. Observa-se um cenário que se expandiu para os dias atuais, pois a estrutura familiar vem se modificando, devido a cada mudança e dificuldade enfrentada pelos membros da mesma, nesse texto, percebe-se que a relação do trabalho é o que sinaliza essas mudanças nos eixos familiares.

Conforme observamos nas colocações de Neder (1998) e Inaiá (2003) chama a atenção para o declínio do poder patriarcal dentro da família, que está decaindo em função do crescimento das responsabilidades e localização da mulher na sociedade, que mesmo a

família sendo polissêmica o papel da mulher a frente da família, está fazendo com que as famílias monoparentais cresçam cada dia mais, proporcionando a sociedade uma visão mais ampliada do que é família de fato. A mesma relatou a seguinte questão:

“O declínio do poder patriarcal e de princípios e controles religiosos e comunitários mais tradicionais traduziu-se em mudanças nas relações de gênero, na ampliação da autonomia dos diversos componentes da família e em um exercício bem mais aberto e livre da sexualidade, dissociada das responsabilidades da reprodução.” (Inaiá, 2003:112)

O desemprego também faz parte desse primeiro cenário, que atribuído a falta de instrução da maioria dos desempregados, o que influi diretamente na economia social do Brasil, conforme relatado a seguir:

“cabe ressaltar como esses processos contribuíram decisivamente para agravar o quadro social do Brasil nessa década, período marcado por: baixos níveis de crescimento econômico; deterioração das condições de trabalho e renda da população; persistência das desigualdades sociais e espaciais; e uma reorientação profunda das políticas sociais.” (Inaiá, 2003: 113)

Com isso, observa-se que a qualificação profissional e instrução escolar, são pontos cruciais para que se tenha um espaço dentro do mercado de trabalho. Por isso ocorre um aumento na questão do desemprego, pois essa falta de qualificação não é uma exclusividade apenas das cidades rurais, essa situação ocorre também entre a população das grandes metrópoles.

3.2 Caracterização da pobreza

As diferenças culturais existentes são levantadas por Neder (1998) como um dos motivos de fracasso escolar, desestruturação e irregularidade na família. Porém esse fracasso, conforme relata Neder (1998), deve ser visto como uma incapacidade de políticas educacionais.

*“O agente social, no caso o professor, já parte de pressupostos muito arraigados sobre as “deficiências” e “incapacidades” do aluno sob a sua responsabilidade. O mesmo pode-se dizer do policial ou do assistente social, quando atende o público, mormente os meninos e meninas classificados em categorias vagas e sociologicamente imprecisas como **pobres urbanos, carentes, meninos e meninas de/na rua**, ou como no imaginário jurídico-social seletivo e discriminatório, **menores, pivetes, pixotes.**” (Neder, 1998: 27)*

Neder (1998) menciona a visão que a sociedade tinha dos escravos e africanos, os mesmo eram vistos como inumanos. Essa concepção racista considerava a escravidão como salvação para os negros, considerados pré-humanos. Embora arcaica e profundamente discricionária, esta visão foi cultivada e até hoje está presente no imaginário social do Brasil.

Essa visão vinha fortalecer as modificações da família branca, que buscava sua alteração a partir da urbanização e modismo de um país, que estava inserido no mercado mundial. Segundo Neder (1998), os setores populares eram vítimas da exclusão social e, através das mudanças advindas da “modernidade”, a maior preocupação era que esses pobres continuassem excluídos da sociedade. E a medida que os militares foram se afastando do poder, com a caída da ordem republicana, a família e a educação deixaram de ser preocupação.

*“Isto porque, **do ponto de vista das famílias populares de origem africana, sobretudo nos centros urbanos mais populosos do país na virada do século XIX para o XX (Rio de Janeiro e Salvador, Recife), pouco se podia fazer, pois o determinismo biológico que inferiozava os negros conduzia a uma profunda descrença na eficácia de qualquer política social de inclusão destes setores.**” (Neder, 1998: 33)*

As famílias de classes populares brasileiras, são vistas como inferiores do ponto de vista biológico, porém, as famílias, conforme já fora citado, são vistas como primitivas, sendo culpabilizadas por diversas situações consideradas irregulares, como a promiscuidade e o lixo social, como foi citado por Adorno (1990) no capítulo anterior. Porém, Neder (1998)

sinaliza que essa situação é ocasionada por motivos político-institucionais, sendo assim uma situação de ordem extremamente cultural.

“Não que a Escravidão não tenha sido responsável pela promiscuidade nas senzalas e/ou pelas dificuldades na estruturação das famílias escravas. Isto ocorreu com frequência mas, volta-se a insistir, por razões que devem ser atribuídas a fatores de ordem político-institucional.” (Neder, 1998: 40)

A irregularidade familiar, segundo Neder (1998), é vista pela sociedade como um problema ocasionado pela pobreza, ou seja, a pobreza ainda é vista como causa de diversos problemas sociais.

*“Por melhores que sejam as intenções dos agentes históricos-sociais que atuam nas políticas sociais em relação às classes populares, pensa-se que a pontuação tão somente da pobreza coloca no centro do argumento a **determinação econômica** das mazelas que levam às dificuldades na manutenção dos vínculos familiares.” (Neder, 1998: 43)*

Atualmente há uma separação entre ricos e pobres, porém disfarçada, mas essa divisão existe. Comprova-se essa divisão, principalmente nas metrópoles, pois nelas encontra-se as casas precárias, os cortiços e principalmente as favelas, que crescem a medida que a desigualdade entre as classes aumenta.

Dentro das favelas percebe-se que agrupamento de famílias, criando uma relação mais forte entre parentes e conterrâneos. Segundo Carvalho (1994:94) *“a **solidariedade conterrânea e parental** é condição primeira para a sobrevivência e a existência de famílias em situação de pobreza e discriminação. Pode-se dizer que vive em comunidades cuja identidade é marcada pela carência, sangue e terra natal.”* Esse estreitamento das relações é percebido através do empréstimo de dinheiro, no socorro ao médico ou quando alguém necessita de algo para seu dia.

A solidariedade missionária se intensifica diante desse crescimento expressado no

parágrafo acima. A falta de privacidade nos cortiços e favelas é notória, porém convém considerar se essa é uma necessidade ou o sonho dessa população, ou se pelo contrário, eles expressam outras necessidades como saneamento básico, coleta de lixo, bons hospitais, dentre outras demandas que aparecem no seu cotidiano.

“Estes serviços junto aos pauperizados não guardam em geral a força da utopia, mas a de um serviço frio, desanimado. É que eles são tão secundarizados pelo Estado quanto os próprios usuários a que atendem. Os trabalhadores sociais são subalternizados da mesma forma que a população a qual atendem.” (Carvalho, 1994:99)

Alguns indivíduos que se encontram em vulnerabilidade social, ou seja, em sua maioria miseráveis, por não terem alimento e na tentativa de saciar sua fome, alguns adultos e crianças usam o álcool e outras drogas como um paliativo. E assim, percebe-se que todos os componentes da família sofrem com essa situação social de pobreza, com o abandono e a discriminação da sociedade em relação aos pobres, mas sim toda a família.

“Não é que lhes falte forró, o sábado da festa, a pinga e o dominó. A fadiga e o desgaste se acumulam na linearidade do próprio viver. Trabalham em ocupações manuais, rotineiras, porque em geral não possuem qualificação profissional.”(Carvalho, 1994: 100)

Segundo Inaiá (2003) a falta de políticas sociais, foi sinalizada como uma ausência que faz grande diferença para esse agravamento do desemprego da população, principalmente com baixo nível de escolaridade e ascensão na sociedade, o que dificulta ainda mais sua inserção no tão concorrido mercado de trabalho.

A localização do patriarcado dentro da família, e a dependência dos membros da família, também sinaliza a caracterização da pobreza. Observa-se essa colocação através do seguinte relato de Inaiá (2003)

“a utilização dos “recursos da pobreza” vem-se transmutando em perversa “pobreza de recursos”, com a

família reduzindo seu tamanho mas com “dependentes dependendo cada vez mais” dos poucos adultos que trabalham, em condições muitas vezes bastante desfavoráveis.”(Inaiá, 2003: 115)

A industrialização enfatizada por Neder (1998), também foi enfatizada por Inaiá(2003), relatado através do crescimento do desemprego. Há uma grande dificuldade dos jovens de se inserirem no mercado de trabalho fica cada vez maior, fazendo com que os mesmos se insiram em um mercado precarizado e mal remunerado para complementar a renda da sua família, porém o crescimento de “outras” alternativas de trabalho para essa população é bem maior, pois observamos a entrada de jovens cada vez mais cedo em trabalhos ilícitos e até mesmo no tráfico, que os possibilitam não só complementar a renda da sua família, como também adquirir produtos da moda.

Sem diferir muito do pensamento de Neder (1998), Inaiá(2003) relata sobre a associação da criminalidade com o aumento desemprego, pois a sociedade culpabiliza os pobres e os desempregados em relação às demandas e mazelas sociais.

“ tem crescido o envolvimento dos jovens com pequenos delitos, gangues, seqüestros e tráfico de drogas, despertando a atenção de pesquisadores e policy makers, da mídia e da opinião pública, com a demanda de políticas governamentais direcionadas para o segmento.”(Inaiá,2003: 117)

Porém entende-se que esse aumento significativo do desemprego, é ocasionado pela *falta de oportunidade em continuar frequentando a escola, a falta de oportunidade de qualificação profissional para cidadãos que não completaram sua escolaridade. Esses fatores colaboram para esse desemprego massivo, proporcionando o crescimento da violência.*

No primeiro momento em que o indivíduo se insere na criminalidade, as coisas parecem bem mais fáceis e rápidas. Realidade um pouco diferente da que geralmente é

encontrada no mercado de trabalho, por isso o deslumbramento de alguns jovens nesse âmbito, que em muitos casos faz parte do seu cotidiano, por se deparar com a criminalidade durante toda a sua vida, por fazer parte do seu local de convívio social.

3.3 Aspectos da Intervenção com famílias pobres

Segundo Neder (1998), não há um modelo padrão de família, ou seja, de família regular e essa visão deveria contribuir fortemente para a diminuição do racismo. A família deve ser vista de forma plural, considerando as diferenças dos indivíduos, pois o que sustenta esse racismo são as concepções psicológicas e políticas também, que a sociedade cultiva há anos e que é bastante latente nos tempos atuais.

No modelo de ordem republicana a educação é tida como fundamental para o ideal que os mesmos cultivavam que era o de “ordem e progresso”. A educação que era tida como projeto, favorecia a modernização da família, que era branca, ocorrendo então uma modificação na família tradicional, essas modificações estavam relacionadas ao comportamento dos indivíduos.

“Considerando-se o conjunto da sociedade brasileira, os setores populares foram vítimas das manobras políticas que garantiram sua exclusão: foram (são ainda) vítimas também de toda sorte de fantasmagorias relacionadas ao “medo branco”, diante das massas de ex-escravos recém libertos. “Educar o ex-escravo para a cidadania e nacionalidade”: esta era a preocupação de Joaquim Nabuco.” (Neder, 1998: 32)

Quando o sistema republicano declinou, as oligarquias começaram a assumir o controle do Estado. Com isso, toda a preocupação com a família e a educação ficaram de lado. Neder (1998) ressalta que, nesse período, todo o descaso às políticas sociais e descrença em relação aos negros ficaram mais latentes, enfatizavam que não viam necessidade de haver boas escolas para indivíduos inferiores. Logo, a estratégia usada para

os negros e pobres, era com base na repressão militarista, conforme relatado por Neder (1998), *“Com isto, a jovem República aprovou em primeiro lugar o serviço militar obrigatório em detrimento da obrigatoriedade da educação básica.”* (Neder, 1998: 33), sem que houvesse preocupação com a assistência social e educação para dispor para esses indivíduos.

Na reflexão de Carvalho (1998), encontra-se a intervenção das Igrejas, como as Católicas, Protestantes e Espírita em relação às famílias mais pobres, que se dispõem a sanar dificuldades emocionais, materiais e espirituais. A Igreja é uma instituição que transparece bastante credibilidade para a população empobrecida. *“Mas, sem dúvida, é a ação de algumas igrejas que estabelece princípios facilitadores de valorização de um trabalho coletivo como condição de mudança.”* (Carvalho, 1998: 98), mesmo que a mesma apresente um trabalho completamente assistencialista.

Atualmente as intervenções são baseadas no assistencialismo e tutela desses indivíduos, pois não há uma política eficaz para a população empobrecida, logo se entende que não há um compromisso com a família, embora exista um discurso que prioriza a família. Com isso, há intervenção de empresas privadas, que realizam programas, que disponibilizam o primeiro emprego.

“Como princípio normativo é preciso introduzir serviços intersetoriais de atenção a famílias com objetivos e processos mais ambiciosos de proteção a alteração da qualidade de vida do grupo familiar. Ou seja, a família e não apenas os seus membros de “per si” deve merecer uma atenção competente.” (Carvalho, 1998: 105)

Já no modelo desenvolvimentista abordado por Inaiá (2003), que tinha como meta o crescimento da produção industrial, relatado no capítulo anterior, através das colocações de Viana (2004) em relação a pobreza, a caracterização da mesma, foi um modelo utilizado

durante um certo tempo, para solucionar as questões econômicas do país, essa afirmativa pode ser observada através da observação de Inaiá (2003)

“o projeto desenvolvimentista pelo menos incorporava certa lógica de integração e as altas taxas de crescimento econômico por ele propiciadas viabilizaram, durante algumas décadas, uma expansão significativa das oportunidades de emprego e de obtenção de renda, bem como perspectivas de mobilidade e ascensão social, abortadas com sua crise e seu esgotamento.” (Inaiá, 2003: 118)

As políticas sociais como as de distribuição de renda mencionadas não foram suficientes para sanar o crescimento da pobreza, nem para criar oportunidade e nem visibilidade para os pobres dentro da sociedade. No entanto, é notória a importância que elas tem para diversas famílias em situação de pobre, porém não cria nenhuma oportunidade de melhora ou até mesmo mudança de vida em relação a sua classe social, conforme relatado a seguir

“recomendaram que a reforma das políticas e dos programas sociais colocasse a família como eixo e prioridade das ações governamentais nesse campo. Ao lado de macropolíticas orientadas para o combate à pobreza e à exclusão social, propuseram a implementação de programas de geração ou complementação de emprego e renda e de uma rede de serviços comunitários, incluindo programas de renda mínima para as famílias carentes, com a condicionalidade da permanência de seus filhos na escola.” (Inaiá, 2003: 112)

Essas políticas tem como foco a inclusão da população pobre na sociedade, sendo vistas como políticas protetivas. Não percebemos retrocessos ou erradicação no crescimento da pobreza e muito menos garantia dos seus direitos e nem oportunidade de emprego para essa população, como conforme relatado por Inaiá

“ O Programa Brasil em Família ilustra bem este fato. Criado em 2000, ele propõe parceria entre o governo federal... Objetivando impulsionar a inclusão social de famílias de baixa renda, com atividades de atendimento, orientação, encaminhamento, suporte social e visitas domiciliares, entre outros... ” (Inaiá, 2003: 119)

Porém não podemos deixar de salientar a importância dessas políticas, mesmo não apresentando medidas eficazes e sim imediatistas, conforme observado pela autora na seguinte colocação

“ Programas direcionados à infância e à juventude pauperizadas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e o Programa Bolsa Escola do Governo Federal também são destacados como iniciativas de proteção à família no discurso oficial.” (Inaiá, 2003: 120)

Porém, para essas famílias que tem a maioria de seus membros desempregados, ou que se encontram desenvolvendo trabalhos mal remunerados que não garantem a reprodução de toda a família, essas políticas sociais se fazem de extrema importância e necessidade para a mesma.

4 Aproximações com famílias pobres

Ao longo dos primeiros capítulos desse artigo, discutiu-se o campo polissêmico da família e suas implicações com a caracterização tradicional de pobreza. Para aprofundar esse estudo, serão apresentadas algumas vivências que ocorreram ao longo de dois anos de estágio na Instituição Aldeia da Criança Alegre.

Nesse período de vivência na Instituição, presenciei algumas situações de famílias em situação de vulnerabilidade. O primeiro momento será de descrição da Instituição com a cronologia dos eventos significativos, o tipo de trabalho que a mesma desenvolve com as famílias assistidas e seu público alvo. Em seguida, são relatados dois casos, que se aproximam de todo o contexto da monografia.

Para se aproximar ainda mais da Instituição Aldeia da Criança Alegre e contextualizar melhor as colocações aqui expostas, foi realizada uma entrevista com três profissionais, um que já fez parte do quadro de técnico da Instituição e outros dois que ainda fazem parte, com questionamentos pertinentes a todo contexto do trabalho.

4.1 Instituição Aldeia da Criança Alegre

A Aldeia da Criança Alegre, é uma Organização Não Governamental, que tem sua sede principal na Rua Morales de Los Rios, 22 no bairro do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro. A mesma nasceu da associação de católicos que tinham como ideal, proporcionar um “futuro melhor para as crianças e adolescentes no Brasil”. A construção da Aldeia segue uma cronologia, indicada no quadro a seguir:

Quadro 1: Cronologia da Instituição Aldeia da Criança Alegre

Ano	Eventos associados
1967	Estabelecimento da Associação Alemã em Oberhausen Osterfeld por Hermann Josef Wüste e um grupo de cristãos comprometidos (ação 365);
1968	Construção da Aldeia Infantil de Amparo
1980	Criação do Centro Comunitário em Amparo com uma escola para 300 alunos
1984	Construção da Aldeia da Criança de Banquete com uma escola primária para 100 alunos
1985	Construção da Aldeia da Criança em Centenário
1986	Construção da fazenda-modelo perto da Aldeia da Criança de Centenário
1990	Construção do centro de saúde em Centenário
1992	Inauguração do centro de saúde em Centenário
1993	Apoio a iniciativas individuais nas favelas do Rio de Janeiro
1994	Implantação da Aldeia da Criança de São Pedro da Aldeia com centro de lazer
1996	Construção do jardim de infância "Franz Haug" em Nova Friburgo, e inauguração do "Recanto Feliz", em Vila Santa Tereza / Belford Roxo
1999	Criada a Associação, sede e casa de hóspedes no Rio
2000	Acompanhamento das crianças que foram reintegradas nas suas famílias biológicas
2003	Construção do jardim de infância "Dolores de Sá Schuenck" em Centenário; Criação da Fundação Aldeia da Criança em Parceria Internacional Rio com a América Latina
2004	Conversão da casa da família em primeiro lugar uma creche na cidade de Amparo "Gilcely Barradas Canto"
2005	A construção do Centro de Promoção Social "Dieter Grohmann" no Contorno, Petrópolis; Fundação da Sociedade Aldeia Global - Amigos e Apoiadores Aldeia Infantil do Rio
2006	Inauguração da "Republica dos Jovens" (vida assistida para os jovens) em Nova Friburgo
2007	Acompanhamento de crianças do jardim de infância e suas famílias nas comunidades carentes do Rio de Janeiro

Através da cronologia da Instituição Aldeia, comprovamos algumas ações da Igreja católica para com os indivíduos em situação de vulnerabilidade. Percebe-se que com a leitura dos capítulos anteriores, a questão da tutela exercida pela Igreja católica no passado republicano, inspirou a mesma. Observa-se essa questão no início da cronologia da

Instituição, onde no primeiro momento é relatada a criação da Instituição, ou seja, a construção de um centro para o usufruto dos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Porém, ao longo dessa cronologia, no início do novo milênio, observa-se uma mudança na atuação da Instituição. Talvez pelo fato de a mesma não contar apenas com colaboradores, cristãos, iniciando parcerias com Conselhos, Secretarias, órgãos públicos e privados para melhor viabilizar e sanar as demandas dos indivíduos inseridos nos Projetos da Instituição, como os jovens que saíram do abrigo da Aldeia e foram reinseridos nas suas famílias biológicas.

Essas mudanças ocorreram após a Instituição ter maior contato com o local e assim enxergar outras demandas apresentadas pelas famílias trabalhadas e as que não estavam inseridas nas atividades da Instituição. Com isso, foi intensificado o trabalho com parceiros, ampliando as atividades dentro dos polos da Instituição, com ênfase não apenas no trabalho com as crianças, mas com toda família. Conforme apresentado na cronologia da Instituição, essa mudança iniciou a partir do ano de 2004, que direcionou o acompanhamento para toda a família, não tendo apenas as crianças como foco e usuárias das atividades, projetos e viabilizações dos serviços oferecidos pela Instituição Aldeia.

A Aldeia tem sede no Rio de Janeiro, Nova Friburgo e em Petrópolis e dentro dessas sedes há duas modalidades de distribuição de recursos. Essa distribuição acontece através de Projetos, como o Portas Abertas, que é um projeto direcionado para as crianças, das famílias em vulnerabilidade social, que precisam de reforço escolar, atividades culturais e esportivas. Disponibiliza espaço e orientação escolar para essas crianças, dentro do espaço que a Instituição Aldeia da Criança tem nesses locais. Tem diversas atividades esportivas, que dispõem de recursos de empresas, clubes de futebol e voluntários da localidade, para que possa atender o maior número de crianças possível.

Tem também o projeto Centros Familiares, uma extensão do projeto de Portas Abertas, que oferece atendimento com o Assistente Social da Instituição Aldeia da Criança

Alegre, que faz um acompanhamento, realiza encaminhamentos de acordo com as demandas apresentadas pela família. Segundo as informações obtidas pelo site da Instituição (www.aldeiario.org.br), o seu trabalho busca viabilizar o direito dos cidadãos envolvidos nesse acompanhamento, que muitas das vezes não são oferecidos pelo poder público, mesmo sendo configurado como direito. Em Nova Friburgo assim como na região do Grande Rio, esse Centro, além de receber o acompanhamento da Instituição Aldeia da Criança Alegre, dispõem também de diversos serviços de assistência a criança e a família.

Há também em Nova Friburgo, um atendimento com aproximadamente 60 famílias, que desfrutam de outros projetos, como o Projeto SOS Nova Friburgo, que envolve aproximadamente 1.167 crianças. Dentro desse Projeto há uma divisão entre algumas creches, como o Centro Municipal de Educação Infantil Vovó Dolores de Sá Schuenck, Centro Municipal de Educação Infantil Elvira Almeida da Silveira, Centro Municipal de Educação Infantil Girassol, Centro Municipal de Educação Infantil Franz Haug, Centro Municipal de Educação Infantil Adriana Afonso, Centro Municipal de Educação Infantil Santa Terezinha.

Segundo o site da Instituição, em Nova Friburgo há 60 famílias atendidas, através do Projeto SOS Nova Friburgo. Dentro desse Projeto há uma divisão entre algumas creches, como o Centro Municipal de Educação Infantil Vovó Dolores de Sá Schuenck, Centro Municipal de Educação Infantil Elvira Almeida da Silveira, Centro Municipal de Educação Infantil Girassol, Centro Municipal de Educação Infantil Franz Haug, Centro Municipal de Educação Infantil Adriana Afonso, Centro Municipal de Educação Infantil Santa Terezinha.

Nos municípios do Rio de Janeiro e Belford Roxo, a instituição trabalha com creches e instituições que se localizam em comunidades periféricas ou em condição de grande vulnerabilidade, como a Creche Recanto Feliz e Lar da Esperança, em Belford Roxo e o GEFEP que se localiza no Complexo do Turano, Creche Comunitária Cléa Santos de Oliveira, no complexo da Maré, Creche Pintinho Dourado que se localiza no morro da Saçu, no bairro de Quintino Bocaiuva.

A verba utilizada pela Aldeia da Criança Alegre, para esses projetos no Brasil, vem da Alemanha, da Instituição Kinderdorf. A mesma disponibiliza um valor mensalmente, para que a Aldeia possa dividir conforme a necessidade de cada creche, projeto e demanda, de cada Instituição assistida. A Instituição Aldeia, tem como uma das formas de viabilizar as necessidades das famílias atendidas, o apadrinhamento, que é feito por famílias alemães. De acordo com os relatórios das crianças, que são enviados para a Alemanha, algumas crianças são apadrinhadas, e esses padrinhos enviam ajuda de custo para os mesmos. Essas contribuições não são regulares, mas contribuem para o orçamento das famílias dessas crianças, principalmente em caso de extrema necessidade. Essas informações foram obtidas através dos profissionais que estive próxima durante o período de estágio.

Além da Kinderdorf, a Aldeia da Criança Alegre busca, além da parceria governamental, a mesma conta com apoio de associações de moradores, paróquias adjacentes, Programas de Saúde da Família, Secretaria Municipal de Assistência Social, Centro de Referências da Assistência Social, Escolas, Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, da Assistência Social, Secretarias, Municipais de Educação, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Agricultura de Petrópolis, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério Público, Defensoria Pública, Universidades que oferecem serviços gratuitos ou com um preço mais baixo para a comunidade local, com clubes esportivos, como o Friburguense Atlético Clube de Nova Friburgo, Colégio Cruzeiro do Rio de Janeiro, Restaurante Week e outras ONGs.

A maioria das creches recebem muito apoio, tanto de órgãos públicos, quanto de empresas e Instituições privadas, por isso, enfrentam muitas necessidades, tanto em relação à estrutura física, quanto nas necessidades materiais. Portanto, essas parcerias e os recursos que a Aldeia da Criança Alegre recebe são fundamentais para atender parte das necessidades das creches assistidas pela mesma. Ao longo de dois anos, três dessas creches assistidas, tiveram melhorias notórias na sua estrutura física e nas necessidades do dia a dia.

4.2 *Público Alvo*

A Instituição Aldeia da Criança Alegre tem como público alvo principal, famílias, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ou seja, indivíduos que apresentam dependência química, baixa autoestima derivada das condições materiais de sobrevivência, pessoas com deficiência mental e física, vítimas de violência doméstica e fragilidade nos laços familiares, a questão do trabalho infantil e do analfabetismo e a pobreza, juntamente com o desemprego. Esses fatores são relevantes, para a instituição caracterize quem são os indivíduos em situação de vulnerabilidade, que podem vir a ser assistidos pela mesma.

Segundo informações do site da Instituição, o trabalho da Aldeia da Criança Alegre é baseado nos direitos humanos, e está interligado com os direitos sociais que englobam a vida, a saúde, a alimentação, bem estar, cultura, esporte, educação e até mesmo lazer. Por isso, a Instituição considera que a pobreza não significa apenas falta de dinheiro e considera também a falta de acesso a cultura e o lazer, que devem fazer parte da vida de todos os indivíduos, independente da sua classe social.

Mesmo a Instituição, tendo raízes da religião católica e a maioria dos seus contribuintes e padrinhos serem católicos, a Aldeia da Criança Alegre, não discrimina nenhum indivíduo. Ela assiste qualquer indivíduo que se encaixe nos padrões de vulnerabilidade, apresentado por ela, independente da sua religião, cor, sexo e orientação sexual.

4.3 *Atividades e Serviços da Instituição*

A Instituição Aldeia da Criança Alegre desenvolve como metodologia de trabalho, o atendimento e acompanhamento da família. O profissional de Serviço Social, tem como base para desenvolver seu trabalho e atendimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Alguns títulos do ECA se encaixam perfeitamente para o exercício das atividades da instituição, como por exemplo o Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e

ao lazer, a Parte Especial - Título I - Política de Atendimento – Capítulo I – Disposições Gerais que fala no Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O profissional de Serviço Social da instituição desenvolve o atendimento social e acompanha as famílias das crianças inseridas nas creches. O principal foco do trabalho do assistente social é a garantia de Direito dessas crianças e dos seus familiares, que por dificuldade de acesso e a falta de disponibilidade dos órgãos públicos em atender e sanar as demandas desses usuários, acaba aumentando ainda mais as demandas dentro das creches assistidas.

De acordo com o ECA, no Título I dos Direitos Fundamentais, Capítulo I Do Direito à Vida e à Saúde, que fala no Art.7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de política sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Com base em todo o ECA, mas com ênfase em alguns títulos, a instituição busca ampliar seu trabalho em rede para que assim ocorra essa viabilização de direitos do cidadão.

Os serviços oferecidos pela Aldeia são serviços que a instituição, juntamente com o trabalho em rede do assistente social, consegue com instituições privadas e doações de parceiros, pois a Aldeia não tem um serviço exclusivo para atender as demandas dos seus usuários, apenas os projetos sociais, como o Projeto Portas Abertas e Centro Familiar.

Ao mencionar relatar as atividades e serviços realizados pela instituição Aldeia da Criança Alegre, observa-se, na base do exercício, uma relação a uma com os direitos encontrados no Estatuto da Criança e Adolescente. Com isso, destacam-se alguns artigos que são de suma importância para a realização dessas atividades:

Art.15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art.17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade da autonomia, dos valores, ideias e crenças,

Art.68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício regular remunerada.

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

4.4 Observações do campo

Esse período de estágio na Aldeia da Criança Alegre me permitiu vivenciar diversas situações de vulnerabilidade dentro das comunidades cujas creches são assistidas pela Instituição. No início do estágio, observei que o trabalho desenvolvido pela instituição era mais focado na criança inserida na creche, que a prioridade era a mesma e não a família, porém com o decorrer das experiências empíricas do trabalho da Instituição, entendeu-se que o melhor a ser feito, era o trabalho com toda a família.

Com isso, a atuação do assistente social da Instituição ficou mais focada em toda a família da criança inserida na creche. Pois, entendia-se que o trabalho seria menos imediatista e com mais resultados positivos para a Instituição. A mesma tinha uma espécie de prestação de contas a fazer para seus parceiros e famílias que apadrinhavam as crianças, já que os financiadores cobram da Instituição Aldeia da Criança Alegre relatórios sobre as crianças que eles apadrinham. Esta tensão entre a prestação de contas e os fundamentos metodológicos do trabalho marcou a intervenção do Serviço Social na instituição, em virtude do seu caráter filantrópico.

Os atendimentos no sentido de viabilizar direitos realizados pelo assistente social da Instituição, ficaram mais focados em atender as demandas imediatas de toda a família. A diversidade de demandas endereçadas à instituição permitiu presenciar diversas situações, ao longo desse período. Algumas das situações chamaram bastante atenção, pois através dessas demandas, podem ser observadas também diversas expressões da questão social, que é um dos componentes base para o Serviço social. Conforme ressalta Netto (2001)

“Assim, a atualidade da “questão social” se põe tanto para os assistentes sociais de campo quanto para aqueles que se ocupam, especialmente na academia, com a formação das novas gerações profissionais e com a investigação da realidade social.” (Netto, 2001: 152)

Algumas das situações e demandas observadas comprovaram o quanto o país tem déficits na provisão de serviços, com órgãos públicos que deveriam ser acessados como direito da população, mas que oferecem serviços de qualidade insatisfatória ou ainda não permitem o acesso. As demandas encontradas nessas comunidades são as mais básicas, como moradia, alimentação, educação, saúde e acesso a cultura e lazer, que não são tidos como prioridades, como garantido na Constituição de 1988.

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (www.jusbrasil.com.br)

Para que a Instituição perceba melhor as demandas das famílias com crianças inseridas nas creches, o assistente social realiza a visita domiciliar em alguns lares, com o consentimento das famílias. E com essas visitas, tanto o assistente social, quanto o usuário, acabam estreitando vínculos e, com isso, o trabalho acaba fluindo melhor. Com isso, tivemos acesso a diversas situações, porém alguns me chamaram atenção particular⁴.

Ao visitar uma família de Belford Roxo tomei conhecimento da situação da família da Amanda, uma das crianças apadrinha e acompanhadas pela Aldeia da Criança Alegre. Amanda⁵ é uma criança de nove anos, que mora em um quintal com duas casas. Uma casa é a que a mesma mora com seu pai e sua irmã Roberta de 13 anos e na casa da frente mora sua avó, Dona Vitória, que é uma idosa e que cuida das meninas durante o dia. Seu pai faz trabalhos autônomos durante a semana, como eletricista e pedreiro, porém Dona Vitória tem uma saúde frágil, logo não tem condições de cuidar das meninas, que não a obedecem e nem ao seu pai.

O pai da Amanda, seu Rogério é bastante ausente, devido ao seu trabalho diário e sua mãe tem problemas psicológicos e não mora com elas. A mesma fica sob o cuidado de sua irmã, uma das tias da Amanda, que mora em uma rua próxima a residência da mesma. A mãe das meninas teve mais dois filhos, com pais diferentes e que foram para instituições de acolhimento e já se encontram adotados por outras famílias.

A irmã da Amanda, Roberta, é bastante geniosa e raramente aceita opinião de alguém. A mesma não gosta de estudar e por isso não frequenta a escola, já Amanda frequenta a escola, porém tem baixa frequência. As últimas informações obtidas através da Roberta, à mesma estava dormindo na casa de amigas sem avisar para seu pai e nem para sua avó. Roberta chega a ficar até dois dias sem dar notícias, o que deixa a sua avó, a Dona Vitória muito preocupada.

⁴ As situações narradas foram objeto de diários de campo, sendo aqui transcritos após correção. O tempo verbal corresponde à época em que foram escritos.

⁵ Os nomes são fictícios para preservar o anonimato dos envolvidos nos relatos.

Em uma das visitas domiciliares, realizada na residência da Amanda, Roberta estava presente e chegou a pedir a assistente social à época da Aldeia da Criança Alegre, para levá-la para passear no shopping, mas no dia em que o passeio iria ocorrer, a mesma havia desistido, pois sua irmã nos informou que Roberta estava com medo que a levassem para o Conselho Tutelar, já que ela não tinha bom comportamento, não frequentava a escola e ficava dias sem dormir em casa.

Na maioria das vezes em que a assistente social da Instituição realizou a visita domiciliar na casa da família, geralmente não encontrava o pai das meninas. Com isso, a assistente social falava apenas com Roberta, Amanda e principalmente com Dona Vitória, que a cada visita reclamava mais do comportamento da Roberta.

Como medida interventiva, para que as adolescentes fossem estimuladas durante o dia, a assistente social as encaminhou para realizar as atividades esportivas que acontecem no CRAS da localidade, pois Amanda relatou que gostava de esporte. Apenas a mesma se disponibilizou para ir até o CRAS, já Roberta disse que não a interessava fazer atividades esportivas.

Nas visitas domiciliares realizadas pela assistente social da Instituição, a mesma sempre procurava conversar muito com Roberta, falando sobre seu futuro, a importância do seu futuro para a sua mãe, pois as duas tem um amor muito grande por ela e a mãe por elas também, porém os problemas psicológicos da genitora não permitem que a mesma cuide das meninas.

Este relato nos permite observar que a família da adolescente sofre com a ausência de políticas públicas consistentes, para a sobrevivência de todos os membros da família. Identificamos a ausência de alguns serviços e a falta de qualidade nos serviços em que os mesmos necessitam no cotidiano, como o acompanhamento psicológico que a mãe das adolescentes deveria receber e não tem acesso.

Outra família que me chamou atenção durante esse período na Instituição, foi a família do Kennedy, que atualmente está com sete anos. Kennedy, mora com sua mãe, sra Lurdes, conhecida como Lurdinha, seu pai Bill e seus quatro irmãos que são mais velhos. Suzana de doze anos, Rosana de onze anos, Marcos de dez anos e Natália de nove anos.

Dona Lurdes, natural do estado de Minas gerais, analfabeta, não possui documento de Identidade porque sua Certidão de Nascimento original se perdeu em um incêndio. Pela dificuldade e burocracia dos órgãos públicos, a mesma ainda não havia conseguido tirar sua Carteira de Identidade. A família mora em uma casa de apenas um cômodo e um banheiro que fica em uma área externa. A casa é cedida pelo avó do Kennedy e fica em um quintal onde residem outros familiares do pai do menino. Os familiares da Lurdes, continuam a residir em Minas Gerais, dificultando qualquer tipo de ajuda.

Lurdes e Bill não tem mais vida de casal, mas a mesma continua residindo na casa com seus filhos e o seu ex esposo, porque não tem lugar para ir e o sr Bill também não quer sair da residência, já que a casa pertence a sua família. Algumas pessoas que conhecem a família relatava que o Sr. Bill tem problemas psicológicos e não fala muito com os vizinhos. O contato com o mesmo não era muito frequente, pois ele trabalha muito e quase sempre não estava em casa durante as visitas domiciliares.

Atualmente todas crianças estão matriculadas na escola, esse feito foi obtido através de muita insistência da antiga assistente social da Instituição Aldeia da Criança Alegre, pois a sra Lurdes, não demonstrava muito interesse em mantê-los na escola. Prova disso, era a baixa frequência de Marcos. Nas últimas visitas realizadas com a família, tivemos a informação de que o mesmo havia abandonado a escola e estava em companhia dos adolescentes em conflito com a Lei que ficam na rua em que a mesma mora.

Kennedy é considerado muito agitado, arteiro e assim como o seu irmão Marcos, não obedece a sua mãe, que sempre tem reclamação da escola em função do comportamento considerado insatisfatório. Kennedy também costuma brigar muito na rua

com seus colegas, destrói muros e faz xingamentos para os vizinhos, que sempre reclamam com sua mãe, porém a mesma não tem firmeza e é autorizada com seus filhos, que acabam na maioria fazendo o que querem.

Todas as vezes em que realizamos visitas domiciliares com a família do Kennedy, a Sra. Lurdes sempre deixou muito claro que não deixaria de viver por conta dos seus filhos. Quando entramos no assunto sobre a frequência escolar dos seus filhos, a mesma entrou no assunto sobre suas saídas noturnas para o forró. A Sra. Lurdes deixava claro que não deixaria de sair, de ir para o forró, para cuidar apenas dos seus filhos que já estavam grandes, segundo ela. A mesma deixava as crianças sozinhas em casa, pois nem sempre o pai das crianças ficava em casa.

Esta configuração familiar traz demandas variadas, como a questão da moradia, pais não têm condições de sair do lar em que residem, por falta de recursos financeiros e, por isso, tem que conviver juntos. A falta de escolaridade dos pais que, de certa forma, acaba refletindo nos filhos, pois a maioria deles não frequenta a escola e nem são estimulados pelos pais a frequentarem.

Durante esse período de estágio, essas duas famílias foram as que mais me chamaram a atenção. Nesses relatos identifiquei diversas demandas, citadas e abordadas nessa monografia. Algumas das demandas, identificadas nesses relatos, são fruto da ausência de alguns serviços públicos de qualidade, da dificuldade de acesso e violação de garantia dos direitos que a população tem direito.

Observa-se que a evasão escolar é algo presente nas duas famílias, pois a escola torna-se algo sacrificante para essas crianças. Quando foram perguntadas qual o motivo de elas faltarem a escola, as respostas foram semelhantes, as mesmas disseram que a escola é um lugar chato, onde só se faz lições e que as professoras gritam muito.

A saúde pública, a burocratização dos serviços públicos, ausência de acesso a serviços e ao lazer, podem ser comprovados através dos relatos. Com isso, as intervenções

realizadas pelo assistente social da Instituição, sempre foram focadas nessas demandas. Essas intervenções e encaminhamento dependem, na maioria das vezes, do trabalho em rede, com as Instituições e serviços locais, por isso, em algumas das vezes atender a certas demandas não dependia apenas da Instituição.

Outro ponto bastante evidente é a falta de autoridade dos pais com os filhos, essa situação pode ser identificada em ambos os relatos. A ausência dos pais, na vida dos filhos também é algo que chama muita atenção, percebe-se uma carência afetiva nas crianças, que demonstram muito carinho pelos seus pais, mas que não tem a oportunidade de transpassar esse sentimento.

4.5 Entrevistas com os atores da Instituição Aldeia da Criança Alegre

Ao realizar o estudo sobre a criminalização da pobreza e família, foi elaborado um roteiro, com perguntas pertinentes ao assunto. Foram escolhidos três profissionais da Instituição, com os quais estive mais próxima nesse período e que tem mais vivência com o campo de trabalho.

A Instituição Aldeia da Criança Alegre Rio conta com os seguintes profissionais em sua sede: uma administradora, um assistente social e uma gerente. Os outros profissionais se dividem entre as outras unidades. Para realizar a entrevista, entrei em contato com a minha antiga supervisora, a profissional de Serviço Social, com o atual profissional da área e com a gerente da Instituição Aldeia da Criança Alegre. Ao entrar em contato com os mesmos, retratei um pouco o objeto de estudo e a partir daí iniciou-se uma conversa, com articulações referentes ao assunto abordado nessa monografia.

Através da conversa com esses profissionais, que ocorreu individualmente, encontrei semelhanças relevantes nas colocações dos assistentes sociais, que já estão na

Instituição há aproximadamente sete anos, apenas a gerente está há um ano e meio na Instituição.

Quando questionado sobre qual a visão do trabalho social na Instituição, ambos os assistentes sociais tiveram a mesma opinião. Os mesmos ressaltaram a questão da religião, disseram que como a Instituição é Cristã, durante muito tempo o trabalho social, era focado na caridade, em ações assistencialistas, porém, eles informaram que essa visão da Instituição se modificou, eles adotaram um discurso de empoderamento da família, emancipação e melhoria de condições de sobrevivência, sem perder a ideologia cristã, que é de ajuda ao próximo. Já a profissional que atua na gerência da Instituição, relatou que o trabalho social da Instituição é focada na intervenção da mudança de uma profunda desigualdade social, onde indivíduos trabalham com indivíduos, dentro de um conjunto de redes.

Porém, quando questionados se a visão do trabalho social que a Instituição tem, coincidia com a dos profissionais, os assistentes sociais foram diretos e seguros na resposta. Ambos falaram que não essa visão não coincide com a sua, pois os mesmos ressaltaram sua visão crítica. Um dos profissionais citou até o código de ética como base para sua atuação e que apenas apadrinhamentos e ajuda financeira não são necessárias para garantir uma mudança de vida de fato.

A gerente da Instituição também respondeu esta pergunta e sua resposta divergiu da resposta dos assistentes sociais, a mesma disse que sua visão coincide com a visão de trabalho social que a empresa tem, porém ressaltou que também há divergências e convergência nessa relação.

O público alvo da Instituição também foi parte dos questionamentos apresentados na entrevista. Os três profissionais tiveram a mesma concepção em relação ao público alvo, que são as famílias das crianças inseridas nas creches que trabalham em parceria com a Instituição. Porém, um dos assistentes sociais fez questão de ressaltar que esse olhar para a

família, que a Instituição passou a ter, foi fruto dessa mudança da visão do trabalho social, pois antes eram apenas as crianças que estavam nas creches as que eram assistidas pela Instituição.

Uma das questões que os profissionais tiveram mais dificuldade de conceituar foi sobre a pobreza, todos foram cautelosos ao responder. Um dos assistentes sociais disse que não se sentia a vontade para conceituar a pobreza sem ter um estudo sobre, porém o mesmo disse, que não entende a pobreza apenas como falta de recursos financeiros e sim falta de acesso a determinados recursos indispensáveis para a sobrevivência de um ser humano.

A gerente da Instituição teve considerações sobre a pobreza parecida. A mesma relatou que localiza a pobreza na ausência de direitos e impedimento de acesso aos bens culturais e sociais. A profissional discorda do conceito de pobreza como carência, pois informou que há carências de serviços que não são no cenário de pobreza.

O outro profissional Serviço Social, disse que a pobreza é algo muito difícil de ser conceituada, já que existe a pobreza absoluta e/ou a pobreza relativa. Ao questioná-lo sobre esses dois tipos de pobreza, o mesmo disse que a pobreza pode ser denominada de acordo com o lugar em que estamos nos referindo, pois a pobreza da Zona Norte do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Pois na Zona Norte há determinados serviços de uso público, porém de má qualidade e já na Baixada Fluminense a maioria das vezes, esses serviços não existem.

Quando perguntado qual é o conceito de família para os profissionais, as ideias dos assistentes sociais coincidiram com a da gerente da Instituição. Que relataram que a família, vai além dos laços sanguíneos, que a família é um agrupamento de pessoas, eu se identificam e com quem se pode contar. Porém, um dos assistentes sociais ressaltou que tem que existir uma conscientização de que a família não uma estrutura rígida e que ela muda assim como a sociedade.

O questionamento sobre se há associação da pobreza com famílias desestruturadas foi o momento mais delicado para os assistentes sociais, pois ambos ressaltaram que na sua visão, não há família desestruturada. Eles disseram que não há um modelo padrão de família, mas se tratando das famílias em vulnerabilidade, a pobreza enquanto expressão da questão social, tem sim sua significância na vida dessas famílias, pois acaba gerando dificuldade de acesso a serviços que deveriam ser de fácil acesso a toda a população. Um dos assistentes sociais, disse que o fato de não ter uma boa renda, dificulta o acesso a quase tudo. E o outro assistente social, ressaltou que alguns desafios que a pobreza traz para essas famílias estão além do alcance da mesma, despejando na família toda responsabilidade que seria de cuidado do Estado.

Já a visão da gerente, é que não há associação da pobreza com a família desestruturada. A mesma não fez nenhum questionamento quanto o que seria essa família desestruturada. A gerente relatou que reconhece nas famílias pobres muitas dificuldades aos bens mínimos de sobrevivência, porém a mesma não identifica a família desestruturada uma particularidade da pobreza, disse que há famílias desestruturadas em todas as camadas de classe social, porém não há muitas estatísticas de famílias desestruturadas nas classes sociais menos pobres.

Para encerrar a entrevista, foi questionado sobre quais são os principais desafios do trabalho na Instituição. A resposta foi unânime dos profissionais, que sinalizaram o trabalho em rede como o maior desafio. Porém, cada profissional pontuou outros desafios, como a desarticulação das ações da Instituição para o atendimento e acompanhamento dos usuários e a fragilidade do quadro técnico da Instituição, foi citada por um dos assistentes sócias.

Já o outro assistente social, além de ressaltar a fragilidade do trabalho em rede, o mesmo mencionou a falta de recursos públicos e privados, nas localidades assistidas pela

Instituição. Já a gerente mencionou a necessidade de criar uma metodologia que respeite a necessidade e fragilidade de cada localidade assistida.

Esse contato com os profissionais da Instituição da Aldeia da Criança Alegre foi de grande relevância para tal dissertação, pois o olhar de pessoas inseridas no contexto aqui referido, de criminalização da pobreza e da família como instituição sacralizada, comprovaram o quanto as mudanças em relação ao pensamento aqui referido, ainda estão presentes na sociedade. Observa-se como alguns conceitos não mudaram, mesmo com discussões e estudo realizados pelo Serviço Social e outras categorias, envolvidas com o trabalho social.

5 Considerações finais

Através dos estudos realizados e considerações aqui expostas, considero que a caracterização da pobreza como desajuste ou incapacidade individual é algo ainda existente nessa sociedade que constantemente atribui a pobreza à falta de estímulo pessoal.

Observo também que o isolamento e a submissão do trabalhador, antes chamado de operário, ainda acontece nos tempos atuais. Que a sua presença em determinados ambientes da sociedade ainda é tida como incômoda ou ameaçadora, revelando uma grande criminalização da pobreza.

Porém, entendo que muitas situações adversas que são enfrentadas pela classe trabalhadora são fruto da carência de políticas sociais no país, pois o Estado, responsável pela orquestração das mesmas, na maioria das vezes, serve aos interesses dominantes. Observa-se, ainda uma visão que atribui às “famílias desestruturadas” a falta de proteção às crianças e adolescentes, que, em alguns casos, se instalam nas ruas, gerando o tal desajuste social, mencionado no segundo capítulo da monografia.

Com os estudos e reflexões aqui expostos, procurou-se caracterizar a visão da família como “Instituição social” e não como uma entidade naturalizada. A família é vista como a parte protetiva do indivíduo, sendo assim, a mesma é tida pela PNAS como um dos sujeitos de direito, sendo foco para a elaboração de programas e serviços, que as dê garantia de acesso a seus direitos, não só materiais, mas sociais também. Com isso, a família pode ser considerada um dos objetivos de ações interventivas endereçadas ao trabalhador social, especialmente para o assistente social.

Buscou-se como marco de origem de um modelo determinado de intervenção o período do modelo republicano, marcado pela tutela na forma como os industriais se relacionavam com os operários e suas famílias no espaço avançado da empresa: nas vilas operárias. Agregava-se nessas vilas tudo o que era de necessidade para a vida das famílias, como escola, mercado e serviços. Essa era uma forma de favorecer lucro do capitalista e

também manter os laços familiares dos operários, para que os mesmos não colaborassem para a desordem social.

Atualmente a PNAS busca programas e serviços a fim de atender as demandas das famílias pobres, através do acompanhamento familiar. Essa ação visa reintegrar os indivíduos na sociedade, recuperar os laços familiares, proporcionar a inserção no mercado de trabalho e viabilizar os direitos do seu público alvo, que são os indivíduos em situação de vulnerabilidade.

O Serviço Social é uma profissão que busca intervir nas demandas das expressões da questão social. Tem como princípio de não excluir nenhum cidadão por sua situação social, gênero, orientação sexual, sua etnia dentre outros fatores que sofrem discriminação e exclusão perante a sociedade. Com isso, seu Projeto Ético Político do Serviço Social busca contribuir para transformar valores e práticas, viabilizar direitos que são muita das vezes desconhecidos pelos indivíduos.

As intervenções voltadas para os segmentos pobres da sociedade requisitam um trabalho em rede, com parcerias de Organizações governamentais e das Não governamentais. Porém, realizar esse trabalho é um fator complicador no exercício da profissão, em função da constatação cotidiana de uma rede ainda insuficiente para atender todas as demandas necessárias do local.

O estudo bibliográfico permitiu observar como a Igreja teve influência na disciplina da família e no modelo tradicional do Serviço Social. Procurou-se salientar a influência da Igreja, que ainda existe nos tempos atuais, sinalizada principalmente no terceiro capítulo da monografia e exemplificada na descrição e cronologia da Instituição Aldeia da Criança Alegre. Observa-se essas características nos tempos atuais, nas ações de caridade, de tutela que ainda existe em algumas Instituições que abrigam crianças, que não convivem com suas famílias, ou seja, ações assistencialistas e imediatistas que foram base do início da profissão do Serviço Social.

Na contemporaneidade a Igreja ainda tem esse papel da caridade, porém a atuação do Serviço Social, não é mais a caridade e sim a assistência. A atuação do assistente social deve ter como base o Projeto Ético Político que tem como princípio central a universalização dos direitos, garantia dos mesmos e acesso aos serviços públicos de qualidade. O Código de Ética dos assistentes sociais, estabelecido em 1993 também deve servir como base na sua atuação profissional, pois o mesmo tem como valores fundamentais a liberdade e justiça social. Direitos e valores que não são garantidos para a sociedade, principalmente para os segmentos pobres.

Portanto, considero que este trabalho não esgota a discussão sobre a criminalização da pobreza e nem sobre a família e sua estrutura. Considero que há muito a ser questionado e a ser pensado em relação a amenizar a maneira como a família pobre é vista perante essa sociedade, em que a maioria da população faz parte da classe média e pobre.

6 Referências Bibliográficas

Acosta, Ana e Vitale, Maria (orgs). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. – 5.ed. – São Paulo: Cortez: Coordenadoria de estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010

Adorno, Sérgio. “A gestão Filantrópica da pobreza urbana”, in São Paulo em Perspectiva, 4(2):8-17, abril/junho1990

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – www.planalto.gov.br

Caderno de Orientações: Referências Técnicas para Construção do Plano de Acompanhamento Familiar / Secretaria de Desenvolvimento Social. São Paulo : Secretaria de Desenvolvimento Social, 2013.

Carvalho, Inaiá Maria. Família e Proteção social. SP: Perspectiva. 17 (2); 109-122, 2003

Carvalho, Ma do Carmo. “A priorização da família na agenda da política social”, in “Família brasileira, a base de tudo”. SP: Cortez, Brasília, DF Unicef, 1998.

Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais . 15 DE MARÇO DE 1993. CFESS N.º 290/94 E 293/94 e legislação correlata.

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990,

Garcia, Joana. O acompanhamento das famílias na Política de Assistência Social. Resende, 2012.

Kaloustian, Sílvio Manoug. Família brasileira, a base de tudo. SP: Cortez, Brasília, DF Unicef, 1998.

Neder, Gizlene. “Ajustando o foco das lentes - Um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil in Família brasileira, a base de tudo. SP: Cortez, Brasília, DF Unicef, 1998

NETTO, José Paulo, 1947. “Capitalismo monopolista e serviço social/José Paulo Netto – 8. Ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

PNAS – Política Nacional de Assistência Social - www.mds.gov.br

Vianna, Mônica. “Habitação, Metrôpoles, Modos de Vida. SP: USP. Monografia final - dezembro/2004.

Sites visitados:

Aldeia da Criança Alegre Rio – www.aldeiario.org.br

Conselho Federal do Serviço Social - <http://www.cfess.org.br/>

Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome – www.mds.gov.br